

Participação Política na Região Metropolitana de Belo Horizonte: (des)igualdade política e recursos¹

Natália Salgado Bueno

Graduanda em Ciências Sociais/UFMG

Palavras-Chave: participação política, desigualdade, modelo do voluntarismo cívico, habilidades cívicas.

Key Words: political participation, inequality, civic voluntarism model, civic skills.

RESUMO: A partir de questões analíticas e normativas colocadas por Robert Dahl acerca da relação entre participação política, desigualdade social e igualdade política, procura-se fazer um estudo empírico da propensão à participação, seus recursos e efeitos da assimetria na participação associado a atributos objetivos do indivíduo. Trata-se, então, de um estudo sobre desigualdade política, ou ainda, do desigual preenchimento dos direitos atribuídos. Os testes e hipóteses construídos foram baseados no 'Modelo do Voluntarismo Cívico' proposto por Sidney Verba, cuja ênfase recai em seus recursos da participação, a saber: dinheiro, tempo e habilidades cívicas.

ABSTRACT: Robert Dahl's analytical and normative assessments about political participation, social inequality, and political equality guide this article. The analysis of the empirical data regarding participation focus on its resources and on the effects of the asymmetries associated with individual's objective attributes. It is, mainly, an article about political inequality, i.e., the asymmetric fulfillment of the assigned rights associated with unequal resources. Empirical tests of the hypotheses were constructed based on Verba's Civic Voluntarism Model, with emphasis on the participatory resources: time, money, and civic skills.

I
Este texto se situa no debate da teoria política contemporânea sobre participação e desigualdade social, discute-se (des)igualdade política através da propensão à participação política. E, para guiar este debate, são apresentadas as perguntas-mote, que serão formatadas em hipóteses e discutidas à luz da teoria política, especialmente tendo em vista as contribuições de Robert Dahl (1989, 1990, 1997) e Sidney Verba (1995): em que medida atributos como escolaridade, renda, tempo e habilidades cívicas condicionam a propensão à participação? Esses atributos criam assimetrias e padrões na propensão à participação, de forma que a inclusividade e a liberalização, eixos teórico para a caracterização dos regimes como poliárquicos, sejam, sistematicamente, desigualmente preenchidos?

Isso posto, serão apresentadas brevemente as discussões em teoria política que possibilitaram a formulação dessas perguntas e, em seguida, à sua tradução empírica, tendo a Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH) de 2002 como banco de dados para análises.

II
Tocqueville (1979) escreve em momentos de embate entre *polis* e *demos*, nos quais essas duas entidades não coincidem, e nos curtos períodos em que coincidem (ao menos para indivíduos do sexo masculino), há conflito, revoluções e contra-revoluções que impedem sua estabilidade e que as instituições se afirmem enquanto regras aceitas e rotinizadas. A esfera política, reservada a notáveis, tinha como pressuposto para sua entrada a autonomia do homem, ou seja, que ele fosse possuidor de renda e educação. As instituições forçam a *polis* a lidar com o *demos* que, ao

mesmo tempo é disforme, desigual e ameaçadoramente homogêneo, uma massa, um *mob*. Tocqueville temia que a entrada do social na política trouxesse a oclocracia, um governo voltado para a satisfação de desejos, de pequenas satisfações, de consumo, típicos do domínio social. A igualdade de condições que, para Tocqueville, emerge nas nações modernas, associada à igualdade política, estava em tensão com a liberdade, especialmente das minorias.

Madison (1979) também temia a igualdade política, principalmente no que ela potencialmente traz de risco à liberdade econômica, o direito dos proprietários em relação a seus bens e o usufruto destes. A possibilidade de uma tirania da maioria legitimada por procedimentos *a priori* democráticos fez com que os elaboradores da constituição norte-americana criassem os *checks and balances*, uma tentativa de, na impossibilidade de eliminar facções ou maiorias perniciosas, tentar impedir seus efeitos viciosos.

Dahl, todavia, em seus livros *Um Prefácio à Teoria Democrática* (1989) e *Um Prefácio à Democracia Econômica* (1990), chama a atenção para o fato de que,

Tivessem Tocqueville e seus predecessores previsto com exatidão a forma da ordem econômica que viria, eles, com toda probabilidade, teriam considerado sob uma luz diferente o problema da igualdade e da liberdade. Isso ocorre porque se, segundo a velha opinião, a igualdade entre os cidadãos podia pôr em risco a liberdade, na nova realidade a liberdade das sociedades anônimas contribuía para criar um corpo de cidadãos altamente desiguais nos recursos que podiam trazer à vida política (DAHL, 1990, p.11; grifo nosso).

¹ Este texto é um sub-produto das discussões do grupo de estudos dirigidos sobre 'Participação Política e Desigualdade Racial', orientado pelo prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis e da disciplina 'Modelos Multivariados para a Análise de Desigualdade Social' ministrada pela profa. Dra. Danielle Cireno Fernandes e pelo prof. Dr. Jorge Alexandre Neves. Agradeço, ainda, à indispensável interlocução com profa. Dra. Fátima Anastasia e Fabrício Fialho e às contribuições dos dois pareceristas da Revista Três Pontos, que muito ajudaram no esclarecimento de partes do texto e melhora em sua escrita. Desnecessário, ainda que obrigatório, dizer que assumo total responsabilidade pelo conteúdo do texto.

O *trade-off* inescapável entre igualdade e liberdade não parece se confirmar, sendo que, pelo contrário, com o avanço e consolidação da democracia, é a agudização na relação entre desigualdade e democracia que ganha saliência. Todavia, é bom ter em mente que Tocqueville e Madison discutem a atribuição de direitos e deveres aos indivíduos, ou seja, torná-los cidadãos, incorporação legal de todos, a existência de um status de igualdade perante o Estado. As questões propostas nesse texto, ainda que herdeiras dos argumentos apresentados acima, tratam de outro momento do desenvolvimento político, no qual a cidadania já é atribuída a todos, sem censura por renda, escolaridade, sexo ou raça. Esse momento, após a *Rights Revolution* nos Estados Unidos e a Terceira Onda de Democratização (HUNTINGTON, 1994), tem como problema o *preenchimento* desses direitos, ou seja, o enviesamento do sistema político a partir de atributos sociológicos e, a questão deste artigo em particular, o enviesamento da participação pela privação relativa de recursos.

A obra de Robert Dahl oferece, então, o quadro teórico mais adequado às perguntas aqui colocadas. Ao afirmar que a "poliarquia é função da atividade política de seus membros" (DAHL, 1989, p.81), o autor contemporâneo imputa à participação grande significado para o diagnóstico de poliarquia. Da mesma forma, a própria definição de poliarquia exige a noção de igualdade política, especialmente no seu terceiro item:

1) formular suas preferências, 2) de expressar preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva e 3) de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência (DAHL, 1997, p. 26)²

Dahl ainda desconstrói a argumentação de Madison ao demonstrar que suas maiorias coletivamente orientadas são fictícias e que as hordas homogêneas de Tocqueville não ofertam grandes ameaças. O pluralismo societal, o problema da ação coletiva e o acesso escasso e assimétrico

a recursos políticos impediram que algumas profecias e medos do federalista e do aristocrata francês se concretizassem.

A preocupação aqui é em entender quais são os principais atributos e em que medida eles condicionam a propensão à participação política, o que afeta o acesso ao sistema político e a colocação de demandas, ou seja, impede que as 'vozes' tenham potencialmente mesma clareza e força (volume), que sejam iguais. Em outras palavras, esses atributos que condicionam assimetricamente a participação política obstaculizam a igualdade das vozes, a igualdade política. E, não se trata aqui, é bom ter clareza neste ponto, de discutir se a igualdade é condição necessária à democracia e, ou ainda, à estabilidade.

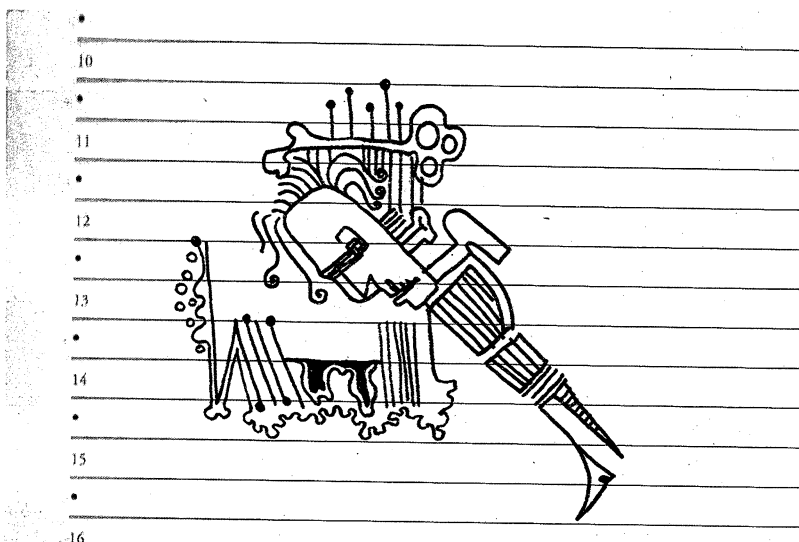
Passa-se, então, à terceira parte deste trabalho, na qual é apresentado o modelo escolhido para os testes empíricos das perguntas postas aqui (uma vez que não foram ainda sistematizadas como hipóteses) e seus respectivos testes.

III

Sidney Verba, Kay Lehman e Henry Brady (1995) apresentam em um grosso volume de 640 páginas a sistematização de uma reflexão já apresentada fragmentariamente em artigos de um modelo para a explicação da participação política em suas várias dimensões. Neste livro, chamado *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, os autores pretendem mapear, diagnosticar, explicar e conjecturar sobre a participação política nos Estados Unidos.

Seu estudo é muito mais abrangente e ambicioso que o exercício proposto aqui. A partir do seu Modelo do Voluntarismo Cívico (CVM, i.e., *Civic Voluntarism Model*), com ênfase na explicação por recursos participatórios, pretende-se mostrar como o CVM se comporta na explicação da propensão a participar na região metropolitana de Belo Horizonte a partir de dados levantados pela pesquisa do *Social Hubble*³ na mesma cidade em 2002. Dado que os objetivos deste artigo são mais circunscritos do que os de Verba, sendo que, ao 'replicar' o modelo proposto (na medida em que foi possível pela formatação questionários e pelo alcance do banco de dados), pretende-se

2 As garantias institucionais para a consecução dos três requisitos democráticos são: 1. Liberdade de formar e aderir a organização, 2. liberdade de expressão, 3. Direito de voto, 4. Elegibilidade para cargos públicos, 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio, 5a. Direito de líderes políticos disputarem votos, 6. Fontes alternativas de informação e 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.



perceber sua validade para o cenário belorizontino, assim como responder às perguntas sobre os atributos que condicionam a participação e as assimetrias geradas por esses atributos.

O modelo do voluntarismo cívico é uma boa interpretação empírica das questões colocadas pela teoria política, uma vez que ele incorpora em sua análise recursos para a participação, aspectos essenciais para a discussão de desigualdade social, como renda e escolaridade (que, apesar de não destacada como um recurso participatório, é utilizada pelos autores para pensar a relação entre desigualdade e atuação política). Apesar da (des)igualdade ser multifacetada, como lembrado por Amartya Sen (2001), as principais dimensões da desigualdade pensadas pela teoria política estão focadas em renda e escolaridade, como os critérios censitários para o voto demonstravam³. Outros dois aspectos extremamente relevantes para a análise da desigualdade vinculada à política estão na raça e no sexo⁵. Dessa forma, acreditamos que Verba formula um modelo no qual é possível pensar várias das questões formatadas por Dahl a partir de seu debate com a teoria política moderna, como o seguinte trecho apresenta:

Muito se sabe agora sobre as variáveis às quais está ligada a atividade política. Na verdade, na próxima década deve surgir um conjunto bem preciso de proposições sobre essas relações. Atualmente, sabemos que a atividade política, pelo menos nos Estados Unidos, está positivamente associada em grau importante com variáveis como renda, status socioeconômico e educação e que também se relaciona de formas complexas com sistemas de crenças, expectativas e estruturas de personalidade. Sabemos agora que os membros das massas ignorantes e destituídas de propriedades que Madison e seus colegas tanto temiam são muito menos ativos politicamente do que os educados e abastados. Devido à sua propensão para a passividade política, os pobres e ignorantes se privam de seus direitos políticos. Desde que têm menos acesso do que os ricos a recursos organizacionais, financeiros e propagandísticos, e não menos às decisões executivas, qualquer coisa no controle igual sobre a política pública é triplamente vedada aos membros das classes sem propriedades de que falava Madison. E são excluídas por sua inatividade relativamente maior, pelo acesso relativamente limitado aos recursos e pelo sistema elegantemente montado de controles governamentais que ele defendeu (DAHL, 1989, p.82)

O CVM tenta, segundo os autores, superar a tradição teórica da escolha racional, que apesar de elegantemente montada e com articulações de mecanismos causais é fraca em predição empírica. Por outro lado, busca ir além do modelo socioeconômico (SES), por sua falta de acuidade em especificar mecanismos causais, apesar de

robustas predições empíricas. Todavia, como posto por Bruno Reis (2003), mais do que uma superação desses modelos, trata-se de uma tentativa de se estabelecer um vínculo entre eles através do uso da noção de 'recursos participatórios'⁶. Estes recursos, advindos em grande parte da posição social do indivíduo (ainda que tempo e habilidades cívicas sejam menos determinados), atuam como mecanismos que conectam a posição à participação política, ou seja, comportam-se como elementos que interligam o chamado SES (*status* socioeconômico) e a participação, sem, no entanto, perceber uma correspondência simples e direta entre a posição social e a participação, além de levar em conta enfaticamente os custos da participação (tirando os benefícios do foco).

A explicação da participação, ainda que não baseada unicamente nos recursos, conta com engajamento político, motivação (*political engagement*) e recrutamento (*recruitment*), como importantes variáveis independentes, está fundada em dois fatores: motivação e capacidade. A ênfase aqui, assim como a de Verba, recai sobre os recursos, que se fundam no fator da 'capacidade' de participação.

A participação política em Belo Horizonte foi medida a partir do módulo 'Participação Política e Associativismo Civil' da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2002, sendo que, para os objetivos do texto, criamos uma variável *dummy* de participação política com base na resposta dos entrevistados em relação à participação em organizações políticas⁷.

De um total de 1028 respostas válidas (de 1029 entrevistados presentes na amostra), 179 pessoas declararam participar de alguma organização política, independente dessa participação ser formal ou informal, ou seja, cerca de 17% dos entrevistados. Como sugere o CVM - ou ainda a literatura cuja sistematização se deu em Milbrath (1966) - a participação se encontra estratificada por renda e escolaridade. Os quadros 1 e 2 abaixo confirmam estas proposições já consolidadas nos estudos de participação política. Todavia, são os pontos de vista sobre esses dados que relevam a sua importância. A dependência estatística entre as variáveis escolaridade e renda e participação política corroborada pelo teste qui-quadrado indicam um fato já apontado por Verba em sua análise sobre os EUA. Quanto mais associada à renda e à escolaridade, mais enviesada se torna a propensão à participação para os grupos mais centrais, ou seja, os grupos mais escolarizados e ricos tendem a participar mais dos indivíduos com baixa renda e escolaridade.

Os quadros somente ilustram o que já foi previamente anunciado, a escolaridade e a renda estão associadas à participação, há dependência estatística significativa. Observe, por exemplo, alguns números do Quadro 1. Dos indivíduos entre 1 a 3 salários mínimos, somente 7,3% participam em alguma organização política, sendo que os indivíduos com renda familiar com mais

3 O Social Hubble é um projeto, inspirado no monitoramento de Detroit promovido pelo Instituto de Pesquisa Social (ISR), do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Departamento em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com várias universidades (como Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul) para a construção de surveys internacionais com possibilidades comparativas em diversas cidades do mundo.

4 Uma das justificativas amplamente utilizada pelos defensores do voto censitário se fundamenta em critérios de renda e escolaridade. Argumentava-se que um dos pré-requisitos ao voto era a autonomia do homem, ou seja, que ele não dependesse de outros para suas atitudes e decisões. Portanto, para que fosse possível tal autonomia e assim um voto 'qualificado' era necessário que o indivíduo, além de educado (uma exigência 'cognitiva'), ele precisa ter renda acima de certo corte arbitrário ou ainda ter fontes próprias de renda, ser um proprietário.

5 Essas duas características, ainda que cruciais e analisadas por Verba, não estão incluídas neste texto por exigirem uma análise e discussão em separado, o que forçaria um prolongamento e aprofundamento do debate que este texto não suporta. Vale reforçar ainda, uma vez que se trata aqui dos limites e recorte do texto, que não se trata tampouco de se pensar a orientação da ação política e tipos de atuação, sendo crucial, neste momento, somente a propensão a participar politicamente.

6 Os recursos participatórios mais explorados por Verba, Scholzman e Brady são: tempo, dinheiro e habilidades (competências) cívicas (*civic skills*).

7 Foi considerado como organizações políticas: entidade/associações ligada à defesa dos direitos humanos (mulheres, crianças, adolescentes, idosos, homossexuais, negros, portadores de deficiência, outra), entidade/associação ligada à defesa dos consumidores, grupos de fé e política, associações comunitárias (ligadas a questões de moradias, melhoramentos urbanos, etc.), partido político, entidade/associação ligada a questões específicas (saúde, educação, meio ambiente, cultura, outra), entidades empresariais e patronais, entidade estudantil, sindicato de trabalhadores e associação profissional.

Quadro 1 – Participação Política e Distribuição de Renda Familiar em Salários Mínimos

	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	NR/NS	Total	Coeficiente de Pearson 68,084
Sim	7 10,6%	22 7,3%	30 14,7%	55 24,1%	34 28,6%	27 39,7%	4 10%	179	
Não	59 89,4%	281 92,7%	173 85,3%	173 75,9%	85 71,4%	41 60,3%	36 90%	848	Valor p. (sig) .000 (df=7)
Total	66 100%	303 100%	203 100%	228 100%	119 100%	68 100%	40 100%	1027	

Fonte: PRMBH 2002

Quadro 2 – Distribuição de participação por escolaridade

	Nunca freqüentou a escola	1a a 4a série completa ou incompleta	5a a 8a série completa ou incompleta	2o grau completo ou incompleto	Superior, Especialização e pós-graduação	Total	Coeficiente de Pearson 95,529
Sim	2 4,4%	23 7,6%	19 11,2%	66 19,4%	68 40,9%	178	
Não	43 95,6%	281 92,4%	151 88,8%	274 80,6%	98 59,1%	847	Valor p. (sig.) .000 (df.=4)
Total	45 100%	304 100%	170 100%	340 100%	166 100%	1025	

Fonte: PRMBH 2002

de 20 salários mínimos, a participação chega a quase 40%, ou seja, a participação nos estratos mais ricos é de cerca de 5,5 vezes maior. Cenário semelhante é encontrado quando se considera a escolaridade. Entre os que nunca freqüentaram a escola ou têm apenas até o primeiro grau completo ou incompleto, a taxa de não participação atinge níveis de cerca de 93%, todavia, entre os mais escolarizados, a não participação é, em média, de 60%. Tal contraste gritante coincide com os resultados da renda, todavia tais dados não levam diretamente ao CVM, mas sim ao modelo do SES, no qual é asseverado que quanto maior o a renda e escolaridade do indivíduo, maior a participação.

Os recursos do CVM se apresentam como uma conexão entre o SES e a atividade propriamente política, "since the resources of time, money and skills are differentially useful for various forms of activity, an explanation of political activity that is based on resources enables us to link basic life circumstances and choices to patterns of political activity"⁸ (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995, p. 271-2). Dessa forma, foram criados alguns índices para podermos medir 'habilidades cívicas' (civic skills)⁹ e tempo (time)¹⁰. Ainda que tenham sido deixados de lado outros componentes do CVM - a saber, engajamento ou motivação política e recrutamento -, foi possível montar regressões logísticas binárias simples e múltiplas com os recursos e, assim, pode-se estabelecer, além de associações robustas, predições estatísticas mais acuradas.

A regressão logística tem como variável de-

pendente uma variável *dummy*, sendo esta transformada em logaritmo para não ferir o pressuposto da aleatoriedade. Dessa forma, a variável em questão aqui é 'participa'/'não-participa' (participa=1). Com a regressão, podemos saber em que medida a mudança em uma categoria (seja anos de estudo, estrato de renda ou pontos no índice) da variável independente afeta as razões de chance de se obter sucesso, ou seja, da variável dependente ser 1 e, em nosso caso específico, de participar. Ao longo do texto, com a análise das regressões, a interpretação de seus coeficientes se mostrará mais clara.

A primeira regressão que apresentamos põe a teste a relação entre participação e renda familiar¹¹:

Quadro 3 – Regressão Logística com renda em salários mínimos

Step	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	0,065	0,107
Chi-square: 66,573 Sig.: .000 df.: 5		

8 "uma vez que os recursos de tempo, dinheiro e habilidades são diferentemente utilizados para várias formas de atividade, uma explicação da atividade política baseada em recursos torna possível estabelecer um vínculo entre circunstâncias sociais, escolhas e padrões de atividade políticas"

9 A construção do índice se baseia na participação (formal ou informal) em organizações não-políticas (beneficente/caridade, esportiva/recreativa, grupos de jovens/de casais/outras relacionadas a religião e associação de auto-ajuda). Dessa forma, mesmo que o índice não seja extremamente acurado e de acordo com as prescrições teóricas de Verba, pode-se, com ele, ter indicações da relação entre participação em atividades não-políticas e políticas, sendo que a aposta de vínculo teórico entre as variáveis está no potencial desenvolvimento de habilidades cívicas (no sentido de Verba) nessas organizações não-políticas. A proxy do índice de habilidades cívicas se comporta simplesmente da seguinte maneira: cada ponto no índice, que varia de 0 a 3, indica a participação em uma atividade não-política. Por exemplo, um indivíduo com pontuação zero no índice não participa em nenhuma organização não-política, enquanto a pontuação dois no índice informa que o indivíduo participa em duas associações.

10 Foi construída uma proxy de tempo, um índice composto de ter/não ter filhos, participar ou não da PEA e ser o principal responsável pelas atividades domésticas da casa. Neste índice, quando maior seu valor, menor o tempo disponível. Dessa forma, supondo uma relação direta entre tempo disponível e participação, quanto menor o índice, mais provável a participação.

11 Para o uso do modelo multivariado de regressão logística binária simples e múltipla, é necessário que os seus pressupostos de normalidade das variáveis e resíduos, linearidade dos parâmetros, homoscedasticidade dos resíduos, ausência de autocorrelação dos resíduos, ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes sejam testados e, caso haja algum pressuposto não atingido, é necessária uma correção como a centralização da variável (em caso de multicolinearidade) e uso de logaritmo (para assimetrias). Para todas as regressões apresentadas nesse texto foram feitos os testes de pressupostos pertinentes e, em caso de algum deles ter sido ferido, foi utilizada a correção necessária.

Variáveis na equação	B	Sig.	Exp. (B)	%
1 a 3	-,401	,386	0,670	-33,0
3 a 5	,407	,367	1,502	50,2
5 a 10	1,019	,019	2,771	177,1
10 a 20	1,257	,006	3,516	251,6
Mais de 20	1,773	,000	5,891	489,1
Constante (até 1)	-2,165	,000	0,115	-88,5

Fonte: PRMBH 2002

Todos os coeficientes devem ser lidos em relação ao grupo de referência, ou seja, probabilidade de participar aumenta ou diminui em x% em relação ao grupo de referência.

Os resultados da regressão são surpreendentes na medida em que somente os estratos de renda entre 5 a 10, 10 a 20 SM e acima de 20 SM se mostram estatisticamente significantes¹². Isso significa que, somente a partir de 5 salários mínimos, as chances participar são diferentes das chances do grupo de referência até um salário mínimo. Para os indivíduos de 5 a 10, 10 a 20 e acima de 20 SM, as probabilidades de participar se elevam em, em comparação ao grupo de referência, respectivamente, 177,1%, 251,6% e 489,1%.

Todavia, outra análise dos dados apresentou um resultado interessante. Ao colocarmos na mesma regressão anos de escolaridade, todos os estratos de renda se mostram estatisticamente não significantes. Anos de estudo, por outro lado, é significativo até a nível de 1%, assim como o intercepto que indica a probabilidade de participação com até 1 SM de renda e zero anos de estudo. Cada ano de estudo, nessa regressão¹³, aumenta em 9,7% a chance de participar politicamente.

Com um resultado tão expressivo em relação aos anos de estudo (não sendo educação um recurso participatório direto segundo Verba), faz-se necessária uma regressão tendo como única variável independente a escolaridade¹⁴. Os resultados de tal regressão indicam que a cada ano a mais de estudo a chance de participar é incrementada, em média, em 15,8%. Isso significa que escolaridade possivelmente seja um recurso mais relevante à explicação da propensão à participação do que a renda. Todavia, tal assertiva deve ser tomada com cuidado uma vez que, ainda que não haja multicolinearidade, a correlação entre as duas variáveis é alta e robusta, o que implica uma forte associação entre renda e anos de estudo. Dessa forma, ainda que renda perca sua significância estatística, ela não deve ser excluída das explicações e análises dos resultados encontrados devido a uma possível relação espúria entre renda e escolaridade. Milbrath (1966, p.122-3) aponta hipóteses para explicar o alto efeito da educação na participação política. Dentre suas nove conjecturas, pode-se ressaltar que os custos para se manter informado são menores para os mais escolarizados, além do fato de que os mais educados geralmente se consideram mais

capazes de influenciar decisões políticas (senso de eficácia subjetiva) e de discutir sobre política. É interessante pensar que, se anos de estudo é um importante recurso à participação, a desigualdade na participação e assim o enviesamento no *acesso* ao sistema político é marcado por um recurso extremamente estratificado por renda, o que torna o problema da desigualdade política ainda mais dramático. Outro fator interessante revelado pela análise estatística se refere ao ajuste do modelo. A regressão com renda e escolaridade como variáveis independentes se ajusta melhor aos dados, ou seja, é mais acurada em sua representação e predição, do que a regressão realizada somente com a variável renda. Todavia, o teste qui-quadrado para ajuste de regressão logística indica que a regressão somente com anos de estudo é ainda melhor do que o ajuste com renda e escolaridade.

Restam, então, os recursos 'tempo' e 'habilidades cívicas', específicos ao CVM, sendo que estes trouxeram algumas surpresas. Ainda que o recurso do tempo fosse estatisticamente significativo quando numa regressão logística simples, em outras regressões, ao ser controlado por outras variáveis como anos de estudo, renda e habilidades cívicas, o índice de tempo perde a significância. Tal constatação indica que tempo, um recurso cujo acesso é menos assimetricamente distribuído na população (mais 'igualitário' em certo sentido), não é o mais relevante na explicação à propensão à participação política.

Todavia, assim como a variável renda, sua não-significância estatística não significa um abandono de sua importância ou ainda que se deva considerá-lo como insignificante. Em texto com discussão muito próxima à proposta aqui, Anastasia, Melo e Nunes (2005) consideraram o tempo como variável crucial de explicação à não-participação política, a apatia, além de classificarem tempo como um recurso escasso. Ainda que os resultados estatísticos deste artigo não imponham tal relevância a esta variável (e por não se tratar aqui diretamente da apatia), é importante perceber tempo como um recurso significativo por fazer parte da própria definição de habilidades cívicas proposta por Verba: "the communications and organizational abilities that allow citizens to use time and money effectively in political life, constitute a third resource for politics"¹⁵ (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 2005, p.320). À frente, e na conclusão do texto, discutir-se-á mais detidamente esta definição de habilidades cívicas e sua relação com outras variáveis.

Por outro lado, em todas regressões em que foi colocada, assim como anos de estudo, o índice de habilidades cívicas ('icivic') foi estatisticamente significativo, apresentando altos valores no coeficiente, inclusive mais robustos do que anos de estudo.

¹² Num nível de significância de 5%.

¹³ Algumas regressões e dados são somente citados ou mencionados ao longo do texto para evitar um excesso de exposição de dados e tabelas que, além de certo limite, prejudicam a leitura do artigo. Todavia, se o leitor quiser todos os testes estatísticos utilizados nesse artigo, assim como mais detalhes metodológicos, como a construção de índices, sinta-se à vontade para pedi-los via e-mail em nataliasbueno@gmail.com

¹⁴ Apesar de intercambiar o uso das expressões escolaridade e anos de estudo, a variável que é usada nas regressões é sempre a variável contínua 'anos de estudo', que vai de 0 a 17 anos. São usados estratos de escolarização somente nos cruzamentos para indicar estratificação e algum aspecto da participação política.

¹⁵ "as habilidades organizacionais e de comunicação que capacitam aos cidadãos de usar tempo e dinheiro efetivamente na 'vida política', constituem um terceiro recurso para a atividade política"

Quadro 4 – Regressão logística simples com índice de habilidades cívicas

Step	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	,089	0,148
Chi-square: 95,969 Sig.: ,000 df.: 1		

Variáveis na equação	B	Sig.	Exp. (B)	%
Habilidades Cívicas	1,102	,000	3,009	200,9
Constante	-2,191	,000	0,112	-88,8

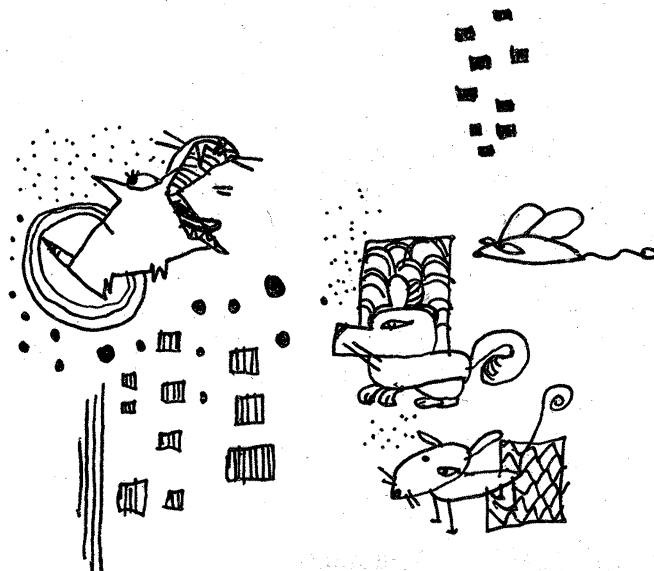
Fonte: PRMBH 2002

A regressão acima, por exemplo, nos permite afirmar que a chance em participar, aumenta, em média, 200,9% a cada aumento em 1 ponto no índice de habilidades cívicas, ou seja, a cada participação em uma entidade não-política. O índice é construído com base na participação em organizações não-políticas, uma vez que para Verba, Schlozman e Brady, a atuação em organizações como igrejas, clubes e outros tipos de associação de cunho não-político propiciam o desenvolvimento de habilidades necessárias às atividades políticas. Essas habilidades cívicas são principalmente de natureza de comunicação, organização de atividades coletivas e outros tipos de competências para a atividade política. Para Verba, são as habilidades cívicas que possibilitam os cidadãos com dinheiro e tempo (e, como nos-

sas análises indicam, educação) usar estes seus recursos efetivamente na vida política. Vale ressaltar aqui que, em termos de ajuste do modelo, a regressão com o índice de habilidades cívicas e anos de estudos apresenta melhores resultados do que a regressão somente com anos de estudo e ainda do que a regressão com todos os recursos ('icivic', 'itempo', renda) e anos de estudo. Sendo assim, pode-se afirmar que escolaridade e habilidades cívicas são as variáveis que melhor se comportam em termos de acuidade e predição empírica da participação política.

É preciso, todavia, cautela ao se examinar os resultados das regressões. Ainda que o índice de habilidades cívicas seja estatisticamente significativo ao ser controlado por outras variáveis como anos de estudo, renda e tempo, seu mecanismo causal em relação à participação ainda é nebuloso. Verba admite que não se sabe ao certo qualificar, em termos teóricos, as relações causais entre as habilidades cívicas e a participação política, sugerindo ainda a possibilidade de esta ser uma relação espúria. Para o autor, a relação em termos teóricos muitas vezes só faz sentido se entendida como de 'mútua influência', ou seja, que a participação em organizações políticas fomenta habilidades cívicas, o que leva à participação em organizações não-políticas e assim esta participação não-política incrementa as habilidades necessárias à primeira, ou vice-versa.

É importante deixar claro que a medida de habilidades cívicas aqui utilizada é indireta, uma vez que leva em conta o pertencimento à organização não-política e não exatamente a discriminação da atuação do indivíduo nessa organização - ponto mais relevante para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e organização, que compõem as habilidades cívicas. Todavia, há pelo menos duas importantes justificativas para manter essa variável em nossas reflexões. Primeiramente, para Verba e seus co-autores,



essas afiliações a organizações não-políticas permitem não só exposição a estímulos de natureza política (conversas, debates informais), além de serem locais de recrutamento para ativismo político, potencializando o desenvolvimento de habilidades. Os resultados também dependiam mais do tipo de instituições a que as pessoas estavam vinculadas, dependendo da sua hierarquização (o maior contraste está entre empresas e igrejas, especialmente as protestantes, na análise de Verba). E, em segundo lugar, como será feito ao final do texto, tal variável abre espaço para a discussão de questões como cultura política e associativismo.

Os resultados também apontam, inegavelmente, para a necessidade de um olhar mais cuidadoso à formação de habilidades e competên-

cias subjetivas para a explicação da participação política, terreno ainda incipiente e perigoso, situado usualmente no campo da cultura política, tradição de pesquisa que como James Johnson (2004) mostrou não trouxe grandes avanços (em termos que esquematização teórica) à pesquisa em ciência política, ainda que tenha aberto um campo de estudo necessário e instigante. Mais uma vez, como em Almond e Verba (1963) e em Putnam (2002), as dificuldades de conceituação, mensuração e estabelecimento causal tornam difícil a análise dos resultados e predições estatísticas robustas.

Outro elemento a ser levado em conta é a distribuição das habilidades cívicas nos estratos de renda e de escolaridade.

Quadro 5 – Distribuição de habilidades cívicas por escolaridade

	Nunca frequentou a escola	1a a 4a série completa ou incompleta	5a a 8a série completa ou incompleta	2o grau completo ou incompleto	Superior, Especialização e pós-graduação	Total	Coeficiente de Pearson 49,162
0	35 77,7%	210 69,3%	129 76,3%	228 67,1%	78 47,0%	680	
1	9 20,0%	76 25,1%	34 20,1%	81 23,8%	65 39,2%	265	Valor p. (sig.) .000 (df.=12)
2	0 0,0%	16 5,3%	5 3,0%	23 6,8%	20 12,0%	64	
3	1 2,2%	1 0,3%	1 0,6%	8 2,4%	3 1,8%	14	
Total	45 100%	303 100%	169 100%	340 100%	166 100%	1023	

Fonte: PRMBH 2002

Quadro 6 – Distribuição de habilidades cívicas por renda familiar em salários mínimos

	Até 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	NR/NS	Total	Coeficiente de Pearson 71,714
0	51 77,3%	232 76,6%	141 69,5%	143 62,7%	64 54,2%	27 39,7%	24 61,5%	682	
1	14 21,2%	54 17,8%	50 24,6%	70 30,7%	41 34,7%	26 38,2%	13 33,4%	268	Valor p (sig) .000 (df=21)
2	0 0,0%	15 5,0%	11 5,4%	11 4,8%	10 8,5%	14 20,6%	2 5,1%	63	
3	1 1,5%	2 0,7%	1 0,5%	4 1,8%	3 2,5%	1 1,5%	0 0,0%	12	
Total	66 100%	303 100%	203 100%	228 100%	118 100%	68 100%	39 100%	1025	

Fonte: PRMBH 2002

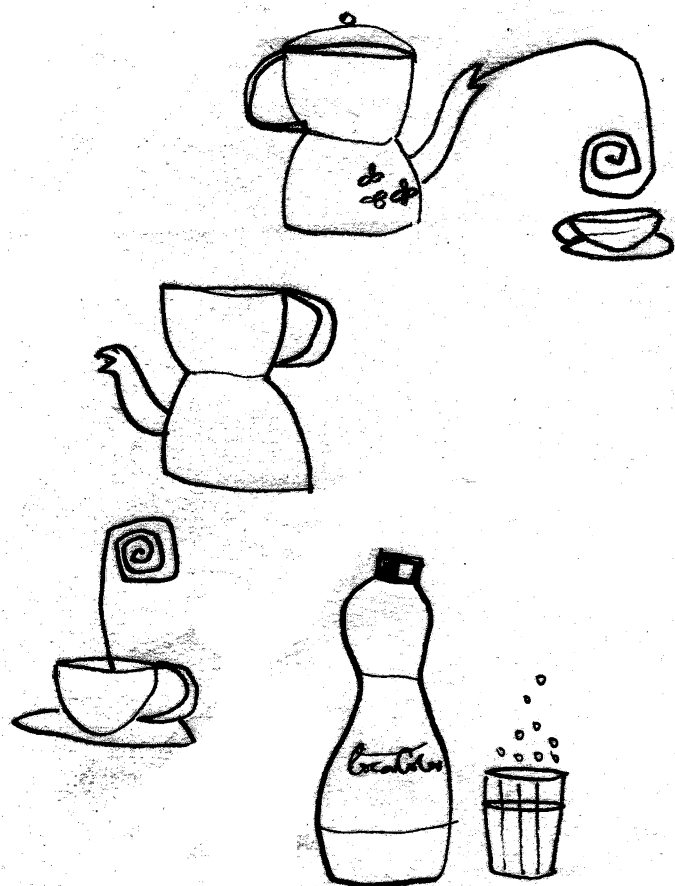
As tabelas mostram que, além de existir uma dependência estatisticamente significativa entre escolaridade e índice de habilidades cívicas, os maiores índices de habilidades cívicas estão mais presentes nos estratos mais educados, ainda que em estratos menos educados da população, de primeira à quarta série, a presença em uma organização não-política seja relativamente alta. Verba verificou que o principal acesso a ambiente de fomento de habilidades cívicas para populações de baixa renda e escolaridade está nas instituições religiosas. Dessa forma, é um recurso que 'reforça' a assimetria (devido à maior possibilidade de 'formação' de habilidades cívicas nos empregos dos estratos mais privilegiados, que exigem a tomada de decisão, participar em reuniões e exige o uso de habilidades de comunicação), ao mesmo tempo em que 'equilibra' (pela atuação em igrejas, principalmente) a predisposição à participação política dos negativamente privilegiados em termos de renda e educação. Não é possível com os dados disponíveis corroborar tal afirmação para Belo Horizonte, todavia, já é notável

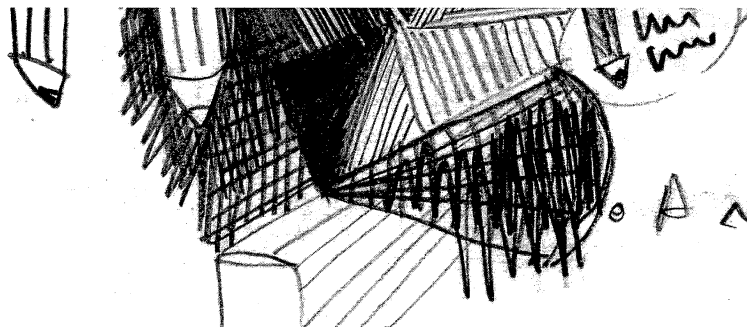
que a presença em organizações não-políticas é menos assimetricamente distribuída por em escolaridade do que a participação em entidades políticas.

IV

Nesta seção, pretende-se tentar sistematizar algumas conclusões dos testes feitos, além de propor algumas reflexões. De qualquer maneira, vale fazer algumas observações em relação aos resultados encontrados.

Ao se falar de participação política, faz-se necessária ao menos a menção direta à apatia. Assim como na participação, não é o problema de análise aqui quando a apatia advém de uma escolha pessoal, reflexiva, idiossincrática do indivíduo, um ato de deliberação, de ir para casa em paz. Todavia, é necessário um olhar atento quando se trata de condicionamentos estruturais devido a condições objetivas como distribuição desigual de recursos (REIS, 2002). Tal 'face' da apatia, segundo Kerstenetzky (2003), de uma exclusão induzida da vida política, poderia ser chamada de





alienação política, causada fundamentalmente por relações objetivas e estruturas de poder.

Vale ainda trazer à tona algumas homologias do modo como Almond e Verba, em *The Civic Culture* (1963) tratam a cultura cívica e a variável habilidades cívicas. Segundo estes autores, a cultura cívica é tida como cultura democrática compatível ao sistema político anglo-saxão, levando assim à estabilidade do regime democrático, e é desenvolvida, principalmente, ainda que não unicamente, na socialização dentro de estruturas de autoridades de organizações não-políticas. Dessa forma, a participação em associações não-políticas seria um treino para o desenvolvimento de habilidades politicamente relevantes. A semelhança com a definição de habilidades cívicas é patente, pois este é o recurso participatório que permite a utilização e manipulação para a atuação política de recursos típicos do modelo da centralidade objetiva - como renda e escolaridade, MILBRATH, 1965 - e tempo através do desenvolvimento de habilidades em situações tipicamente não-políticas.

Ainda que em termos de conceitualização e mensuração, os conceitos de cultura cívica e habilidades cívicas permaneçam confusos, como discutido brevemente, o uso de habilidades cívicas traz ao menos dois avanços em relação à noção de cultura cívica proposta por Almond e Verba. Carole Pateman (1989), em sua crítica compilada livro *The Civic Culture Revisited*, lembra que os autores falham ao não explorar a relação entre divisão socioeconômica e os tipos-ideais de cultura política ('súdita', 'parroquial' e 'participante') que compõem a cultura cívica. Em *Voice and Equality*, Verba e seus co-autores tratam minuciosamente dessa questão, pois trazem a discussão de como os recursos se distribuem, para além do status socioeconômico, por sexo e raça, superando, portanto, a falácia individualista, apontada por Pateman. O segundo avanço trata dos mecanismos que buscam tornar alguma teoria ou quadro analítico mais refinado (JOHNSON, 2002). O recurso de habilidades cívicas é uma tentativa de influência causal - ainda que seu sentido esteja em aberto - entre entidades sociais (a centralidade, por exemplo) e seus efeitos sobre a ação individual. Ou seja, trata-se de uma tentativa de avanço na compreensão de como atributos objetivos se relacionam no nível micro da ação, neste caso, a participação política, através do desenvolvimento de habilidades¹⁶.

Retomando o debate da desigualdade social e da igualdade política, está claro que atributos objetivos como renda e educação influem decisivamente no acesso à participação e, freqüentemente, no acesso e preenchimento aos direitos. Essa assertiva remete à questão já clássica proposta por Marshall (1967): é possível o exercício de cidadania numa sociedade de classes? Qual o padrão de desigualdade aceitável compatível a cidadania democrática? Até onde este exercício empírico permite dizer, a educação é elemento crucial para a participação política, função que, quando assimetricamente preenchida, leva a um acesso desigual ao sistema político, pois, como lembra Dahl,

se a teoria da poliarquia é aproximadamente válida, segue-se que, na ausência de certas condições sociais prévias, nenhum arranjo institucional pode criar uma república não-tirânica [...] a teoria da poliarquia sugere que as primeiras e cruciais variáveis para as quais os cientistas políticos devem dirigir sua atenção são sociais e não constitucionais (DAHL, 1989, p.83)

Por fim, uma ressalva a todo o texto, todavia deve ser feita aqui. Ao tratar da relação entre desigualdade e participação, muitas vezes as instituições se perdem nesse caminho, ou seja, não são levadas em consideração, como ocorre no texto já citado de Kerstenetzky. As instituições políticas não só 'filtram' as vozes dos cidadãos, suas demandas, sendo seu receptáculo final, como podem ser utilizadas como 'amplificadores' de reivindicações (assim como podem emudecer algumas vozes). De qualquer forma, pensar a relação direta, sem intermediários, entre desigualdade social, de recursos e desigualdade política se apresenta como um erro, uma vez que para que as preferências sejam tomadas igualmente, é necessário um cenário institucional. É importante ter em vista que o exercício feito nesse texto não pretende ignorar as instituições, somente colocá-las em outra frente de análise, não dissociada, mas que certamente não cabe aqui. Fala-se de desigualdades de recursos e assimetrias na participação que fazem com que as 'vozes' dos cidadãos cheguem com diferentes 'forças' e 'clarezas' no acesso às instituições, daí a associação entre participação e desigualdade política. Todavia, como essas preferências são tomadas em consideração e manipuladas em arenas institucionais exige outro debate.

16 Tentativas análogas de estabelecimento de mecanismos mais sistematizados entre o SES e a participação política se encontram em Pizzorno (1975), ao relacionar a centralidade com a atuação em sistemas de solidariedade e sistemas de interesse e no próprio Milbrath (1965) que apresenta ramificações da noção de centralidade, envolvendo percepções subjetivas. E também em Reis (2001a, 2001b), ao buscar uma síntese entre o modelo da centralidade e da consciência de classe, associando a participação à dimensão cognitiva da ação (recursos de natureza intelectual) condicionada por fatores estruturais (centralidade).

BIBLIOGRAFIA:

- ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney. (1963), *The Civic Culture: political attitudes and democracies in five nations*. Boston, Little Brown.
- ANASTASIA, Fátima, MELO, Carlos R. & NUNES, Felipe. (2005), "Participação política na região metropolitana de Belo Horizonte" (no prelo).
- BARRY, Brian. (1978), *Sociologists, Economists and Democracy*. Chicago, The University of Chicago Press.
- DAHL, Robert A. (1997), *Poliarquia: Participação e Oposição*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo, Edusp. [1972]
- DAHL, Robert A. (1989), *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar Editor Ltda. [1956]
- DAHL, Robert A. (1990), *Um Prefácio à Democracia Econômica*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar Editor Ltda. [1985]
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994), *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. São Paulo, Ática. [1993]
- JOHNSON, James. (2004), "Problemas conceituais como obstáculos ao progresso em ciência política: quatro décadas de pesquisa em cultura política". *Teoria & Sociedade*, 12, 1:128-163.
- JOHNSON, James. (2002), "How conceptual problems migrate: rational choice, interpretation, and the hazards of pluralism". *Annual Review of Political Science*, 5:233-48.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. (2003), "Sobre associativismo, desigualdades e democracia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 53: 142-61.
- MADISON, James. (1979), *O Federalista*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho et al. São Paulo, Editora Abril Cultural. [aprox. 1789]
- MARSHALL, T. H. (1967), *Class, citizenship, and social development*. New York, Anchor Books. [1965]
- MILBRATH, Lester. (1965), *Political Participation: how and why do people get involved in politics?*. Chicago, Rand McNally & Company.
- PATEMAN, Carole. (1989), "The Civic Culture: A Philosophic Critique", in G. A. Almond & S. Verba (orgs.), *The Civic Culture Revisited*, Newbury Park, Sage Publications.
- PIZZORNO, Alessandro. (1975), "Introducción al Estudio de la Participación Política", in Alessandro Pizzorno, Marcos Kaplan & Manuel Castels, *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires, Siap-Planteos.
- REIS, Bruno P. W. (2002), *Ir para casa em paz: a economia das virtudes, e a apatia como direito*. Trabalho apresentado no XXVI Encontro Nacional da Anpocs. Caxambu, Brasil.
- REIS, Bruno P. W.. (2003), *The Assessment of Political Inequality in a Comparative Survey: Some Preliminary Notes*. Trabalho apresentado no XIX Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política. Durban, África do Sul.
- REIS, Fábio Wanderley. (2001), "Política e Participação: Notas sobre aspectos doutrinários e empíricos". *Revista USP*, 49:6-23.
- REIS, Fábio Wanderley & CASTRO, Mônica Mata Machado de. (2001), "Democracia, civismo e cinismo: um estudo empírico sobre normas e racionalidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 45: 25-46.
- SEN, Amartya Kumar. (2001), *Desigualdade reexaminada*. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro, Record. [1992]
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (1979), *Democracia na América*. Tradução de J. A. G. Albuquerque. São Paulo, Editora Abril Cultural. [1835]
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. (1995), *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.